



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 2022

Altera-se o artigo 2º da Lei
nº 10.820, de 2003.

Altera-se o inciso II, parágrafo 2º, do artigo 2º da Lei nº 10.820/2003, na
Medida Provisória Nº 1.106, de 17 de março de 2022:

“Art. 2º

§ 2º

II - o total das consignações voluntárias, incluindo as referidas no art. 1o,
não poderá exceder a trinta por cento da remuneração disponível,
conforme definida em regulamento.” (NR)

Justificativa

O texto da atual legislação visa limitar em quarenta por cento de descontos e retenções na folha salarial de aposentados e pensionistas. Segundo os maiores especialistas o ideal é que se comprometa no máximo 30% da renda com financiamentos e empréstimos. Dessa forma, visando a saúde financeira dos aposentados e pensionistas, que muitas vezes sustentam suas famílias, propõe-se a presente emenda.

Sala de sessões, em 21 de março de 2022.

Deputado Filipe Barros

Paraná



CD/22178.95596-00



* C D 2 2 1 7 8 9 5 5 9 6 0 0 *